

Entre a Corte e os surdos: uma revisão bibliográfica da política para a educação dos sujeitos surdos no Brasil Império

(século XIX)¹

*Entre la Corte y los sordos: una revisión bibliográfica de la política para
la educación de los sujetos sordos en el Brasil Imperio*

(siglo XIX)

*Between the Court and the Deaf: A Bibliographic Review of the Policy for
the Education of Deaf Individuals in Imperial Brazil*

(19th Century)

Weliton Barbosa Kuster²

Patrícia Weiduschadt³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor uma pequena revisão bibliográfica apontando pesquisas que tenham tido como objeto de estudo o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi a primeira instituição fundada no Brasil com o subsídio do Estado para atender sujeitos com surdez (Siems-Marcondez, 2013). Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi baseada nos estudos de Andrade (2010) e Pradonov e Freitas (2013). A partir dos trabalhos apresentados, a análise evidenciou que a temática da História da Educação dos Surdos e a história do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos tem recebido o olhar atento de alguns pesquisadores, mas que essas ações continuam tímidas, necessitando, ainda, de outras pesquisas que possam auxiliar no preenchimento das lacunas que ainda possam existir.

Palavras-Chave: História da Educação; História da Educação Especial; Surdez.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo exponer una pequeña revisión bibliográfica señalando investigaciones que hayan tenido como objeto de estudio el Instituto Imperial de Sordos-Mudos. El Instituto Imperial de Sordos-Mudos fue la primera institución fundada en Brasil con el subsidio del Estado para atender a personas con sordera (Siems-Marcondez, 2013). Para ello, la investigación bibliográfica se basó en los estudios de Andrade (2010) y Pradonov y Freitas (2013). A partir de los trabajos presentados, el análisis evidenció que la temática de la Historia de la

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Mestre em Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; welitonkuster@hotmail.com.

³ Doutora em Educação; Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; prweidus@gmail.com.

Educación de los Sordos y la historia del Instituto Imperial de Sordos-Mudos ha recibido la atención de algunos investigadores, pero que estas acciones siguen siendo tímidas, necesitando aún de otras investigaciones que puedan ayudar a llenar las lagunas que todavía puedan existir.

Palabras-clave: Historia de la Educación; Historia de la Educación Especial; Sordera.

Abstract

This work aims to provide a brief bibliographic review highlighting research that has focused on the Imperial Institute for the Deaf and Mute. The Imperial Institute for the Deaf and Mute was the first institution founded in Brazil with state support to serve individuals with hearing impairments (Siems-Marcondes, 2013). To this end, the bibliographic research was based on the studies by Andrade (2010) and Pradonov and Freitas (2013). From the presented works, the analysis revealed that the topic of the History of Deaf Education and the history of the Imperial Institute for the Deaf and Mute has garnered the attention of some researchers, but these efforts remain modest, still requiring further research to help fill any existing gaps.

Keywords: History of Education; History of Special Education; Deafness

1. Introdução

O período imperial do Brasil teve início no ano de 1822, precisamente, no dia 7 de setembro. No campo da política, os problemas com os quais as elites locais precisavam lidar naquele momento eram dois: manter a ordem política e garantir a ordem social. O poder simbólico que a figura de um rei carregaria acaba por se impor como uma saída para além das divergências de ordem particular (Schwarcz, 1998). Segundo José Murilo de Carvalho (2008):

A decisão de fazer a independência com monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas etc, foram opções políticas entre outras possíveis (Carvalho, 2008, p. 20).

Em suma, esse foi um período marcado por significativos movimentos políticos, sociais e econômicos, como, por exemplo, a consolidação de uma ideia de Estado, a unificação do território nacional por meio das lutas com as províncias que desejavam maior autonomia e a escravidão, inscrita direta e indiretamente nas relações estabelecidas pelo Império. É nesse contexto que esse trabalho se insere, com o objetivo de apresentar uma pequena revisão bibliográfica referente à educação que se voltou aos sujeitos com surdez no Brasil daquele tempo.

2. O Brasil Império e a instrução pública

Findadas as lutas nas províncias brasileiras contra as resistências portuguesas depois da Proclamação da Independência, um dos primeiros movimentos realizados no solo do Brasil independente foi a criação da primeira constituição brasileira. Para tanto, uma Assembleia Constituinte toma forma. Carvalho (2008) enfatiza que a tomada de decisões na política nacional durante o Império era movimentada pelos sujeitos que estavam nos espaços do poder Executivo, do poder Legislativo além da figura do imperador.

As ações da Assembleia Constituinte também trazem à discussão os primeiros debates a respeito da instrução, levando à proposta de uma legislação particular que buscava organizar a educação nacional (Nascimento, 2006). No que diz Solange Rocha (2008):

A educação escolar nas primeiras décadas do século XIX repercutiu os primeiros momentos de organização do Estado imperial. A ideia de disseminar o acesso à escolarização às camadas populares guardava também um sentido de controle dos súditos do novo Império (ROCHA, 2008, p. 23).

O primeiro marco acontece no dia 15 de outubro de 1827, onde a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Brasil Império recebe aprovação. A lei dizia que "em todas as cidades, villas, logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessários (Império do Brazil, 1827). Tainah Fernandes Teixeira Lessa (2022) salienta que é preciso:

[...] é preciso compreendermos que, naquele momento, a construção do Estado Imperial brasileiro passava, necessariamente, pela formação de um novo sujeito, o cidadão ordeiro e civilizado (INÁCIO et al., 2006). Para tanto, a escolarização foi mobilizada, contudo, não apenas ela, pois a construção desse Estado Imperial também passava pela necessidade de reorientar comportamentos individuais e de grupos (Lessa, 2022, p. 55).

Solange Rocha (2008) colabora ao dizer que:

As profundas diferenças econômicas entre as províncias determinavam um crescimento diferenciado de serviços de instrução. As mais ricas ofereciam uma maior quantidade deles nos âmbitos público e privado (Rocha, 2008, p. 23).

O projeto, portanto, era modesto nesse primeiro momento e compreendia apenas o ensino primário. Demerval Saviani (2013) argumenta que:

Essa primeira lei de educação do Brasil Independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia). Dada a peculiaridade da nova nação, que ainda admitia a Igreja Católica como religião oficial e estava empenhada em conciliar as novas ideias com a tradição, entende-se o acréscimo dos princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica no currículo proposto (Saviani, 2013, p. 126).

Como demonstrativo da sua pouca preocupação para com a instrução pública, não muito tempo depois, o Governo Central firma um novo Ato Adicional, lançado no ano de 1834, onde retirava a sua obrigatoriedade no fornecimento do acesso à instrução primária e secundária, incumbindo os governos provinciais dessa responsabilidade (Silva; Paiva, 2017).

A respeito do Ato Adicional, Nascimento (2006) infere que ele:

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 instituiu as Assembléias Legislativas provinciais com o poder de elaborar o seu próprio regimento, e, desde que estivesse em harmonia com as imposições gerais do Estado, caber-lhe-ia legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica local; legislar sobre a instrução pública, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Ao Governo Central ficava reservado o direito, a primazia e o monopólio do ensino superior (Nascimento, 2006, n.p.).

Para atender as demandas por docentes que estavam surgindo, os primeiros decretos de fundação das escolas normais no Brasil começam a ser lançados com o objetivo de, em tese, preparar professores para atuarem nas instituições das primeiras letras (Xavier, 1992). É importa acentuar que essas escolas, em concordância com Rocha (2008), foram:

[...] criadas com o objetivo de ensinar a ler, escrever e contar. Numa sociedade escravocrata, esse era uma escola destinada aos pobres brancos e livres. Não guardava uma intenção de continuidade com os níveis de instrução secundária e superior, que eram destinados à aristocracia (Rocha, 2008, p. 23).

A distinção que existia entre a educação básica secundária e a educação superior, que estava destinada à aristocracia somente, aponta para uma sociedade estratificada que resguardava o acesso à educação de qualidade às elites. Era, portanto, um sistema que

perpetuava as desigualdades sociais e econômicas. Essas foram moções que não contemplaram os sujeitos com necessidades especiais, em particular, aqueles a quem esse trabalho se dedica: os sujeitos com surdez.

3. A pesquisa bibliográfica como mecanismo metodológico

A pesquisa de cunho bibliográfico apresenta significativa importância, como diz Andrade (2010):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental [...] uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões (Andrade, 2010, p. 25).

Metodologicamente, a pesquisa bibliográfica é relevante uma vez que apresenta os saberes que já estão constituídos e estabelecidos em outros movimentos de pesquisa para então auxiliar novos pesquisadores do tema na comprovação das suas próprias hipóteses. Segundo Prodanov e Freitas (2013), essa modalidade de pesquisa é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, como o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

O movimento de busca por trabalhos já publicados tentou localizar produções referentes ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado durante o Segundo Reinado do Brasil Império que estava sob o governo de Dom Pedro II.

O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos representa o nascimento de instituições especializadas em Educação Especial dentro do Brasil. Siems-Marcondes (2013) diz que:

O nascimento das instituições especializadas em Educação Especial tem seu registro como iniciado através do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant (IBC) e do Imperial Instituto dos Surdos Mudos,

atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), e de outras iniciativas pontuais nascidas da iniciativa de dirigentes federais de cada momento (Siems-Marcondes, 2013, p. 67).

Mesmo com essas primeiras iniciativas melhor organizadas e funcionando com o subsídio do Estado, havia ainda uma ausência de entendimento que fortalecia o imaginário social da negligência. Rosana Glat (2005) infere que:

A Educação Especial se constituiu originalmente como campo de saber e área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico. Embora hoje bastante criticado, é preciso que, como lembra Fernandes (1999), os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização dessa clientela que se encontrava "misturada" [...]. Sob esse enfoque, a deficiência era entendida como uma doença crônica, e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional era considerado pelo viés terapêutico (Glat, 2005, p. 5).

A fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos acontece a partir da proposta do professor francês Ernest Huet (1820-1882) ao então Imperador D. Pedro II. A proposta recebe apoio do Governo Imperial e o Instituto passa a funcionar no dia 1º de janeiro de 1856.

Para alcançar trabalhos já publicados, o primeiro movimento foi a escolha dos repositórios digitais que seriam consultados. Foram eles, a saber: Banco de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Revista Brasileira de História da Educação, Repositório Institucional de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e, por fim, o Google Acadêmico.

Nesse primeiro momento, o quadro a seguir apresentar os principais trabalhos encontrados na busca para, num segundo momento, discorrer sobre eles em mais detalhes.

Quadro 1 - Revisão Bibliográfica

Imperial Instituto dos Surdos-Mudos

Site de Busca	Tipo de Documento	Título	Autoria	Ano de publicação	Área de Estudo
----------------------	--------------------------	---------------	----------------	--------------------------	-----------------------

X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM

Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm

Artigos Completos

Banco de Teses e Dissertações da CAPES	Tese	Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da História da Educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1961)	Solange Rocha	2009	Educação
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	Tese	Contexto Socioeducacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1868): o protagonismo de estudantes surdos	Danilo da Silva Knapik	2022	Educação
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	Dissertação	História Organizacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): contribuições do	Mario Cesar dos Santos	2021	Administração

**X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de
Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM**

Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm

Artigos Completos

		seu modelo de gestão para organizações públicas de ensino			
Portal de Periódicos da CAPES	Artigo	A educação de surdos no século XIX e a circulação da língua de sinais no imperial instituto de surdos-mudos	Angélica Niero Mendes dos Santos e Cássia Geciauskas Sofiato	2021	Educação
Portal de Periódicos da CAPES	Artigo	A educação de Surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus	Cássia Geciauskas Sofiato, Paulo Vaz de Carvalho	2021	Educação
Google Acadêmico	Artigo	Civilidade e Instrução no Brasil Oitocentista: Projeto Nacional e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no Município da Corte entre 1855 a 1870	Silvana da S. N. Perrut dos Santos	2008	História

Google Acadêmico	Artigo	Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos	José Anchieta de Oliveira Bentes e Maria Cristina Piumbato I. Hayashi	2016	História
------------------	--------	---	---	------	----------

Fonte: construído pelos autores

A professora Solange Rocha, presidenta do Instituto Nacional de Educação de Surdos, é a pesquisadora cuja trajetória de pesquisa mais se alia à história da educação dos surdos dentro do Brasil. Em sua Tese de Doutorado busca identificar os efeitos das narrativas dicotomizadas para a história da educação desses sujeitos. Fazendo uso de fontes documentais e iconográficas, aponta, em seu estudo, que a educação dos surdos não dialogou com a educação regular tampouco com as políticas nacionais. Enfatiza, ainda, o número baixo de pesquisas realizadas nessa temática.

Knapik (2022), em sua pesquisa de doutoramento, privilegia os aspectos históricos, culturais e de gestão educacional dos primeiros estudantes surdos que foram alunos do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Trabalhando com uma abordagem qualitativa, esse pesquisador nos apresenta os alunos e a que eles estavam submetidos além das problemáticas enfrentadas pelo Instituto.

Santos (2021), em sua Dissertação de Mestrado, direciona seu olhar para Instituto Nacional de Educação de Surdos, nome que ele assume após a Proclamação da República, como um órgão pertencente à administração pública do Governo Federal. O Instituto e sua história organizacional são apresentadas então pela visão dos seus gestores na busca por compreender como essas gestões poderiam contribuir para as ações inclusivas das Instituições Federais de Ensino contemporâneas. Realizando uma abordagem qualitativa e dando ênfase nos aspectos históricos da administração, a análise do autor evidencia os principais marcos da construção e do desenvolvimento do Instituto. Ainda, traça um paralelo com a o campo historiográfico da administração pública.

O artigo de Santos e Sofiato (2021) tem o objetivo de entender a educação dos sujeitos surdos no século XIX e como a língua de sinais circulava no interior do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Os resultados evidenciaram que a língua de sinais circulava pela instituição e se fazia presente nas relações que se estabeleciam entre os professores e alunos. Entretanto, a língua de sinais não estava no currículo da instituição.

Em outra produção, Sofiato e Carvalho (2021) apresentam algumas influências que teriam perpassado pelo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos vindas de outras instituições, como o Instituto Nacional de Surdos de Paris e o Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa. Os autores buscam compreender que aspectos foram assimilados pelo Instituto brasileiro em relação à proposta pedagógica e o trabalho de reabilitação dos sujeitos.

Santos (2008), no texto que desenvolve para o XIII Encontro da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro, busca analisar como o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos participava dos debates sobre a política de instrução pública do ensino de primeiras letras e como esse movimento representava um processo de consolidação mais amplo do Império para então construir uma identidade nacional inspirada nos modelos de civilidade que eram vistos na Europa. Segundo essa autora:

[...] na concepção de educação do Império, a inspiração européia foi contumaz. O exemplo dos países considerados mais ilustrados servia de guia para a instituição de uma política de instrução pública afinada com os ideais de civilidade e progresso. Assim, o projeto civilizatório implementado pela elite dirigente ligada ao aparelho do Estado estava intimamente imbricado às transformações que estavam ocorrendo na Europa (Santos, 2008, p. 4).

A última produção a ser apresentada é de autoria de José Anchieta de Oliveira Bentes e Maria Cristina Piumbato I. Hayashi (2016). Nesse escrito, os autores trazem, sob análise, as mudanças ocorridas no campo da educação especial a partir da fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. No texto, discutem as perspectivas dos discursos que versam sobre os conceitos de normalidade e anormalidade e que fundamentaram aquilo que se dizia, se fazia e se desejava para com a educação das pessoas com deficiência, em especial, das pessoas surdas.

Um atributo importante que é frequentemente associado à fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos tem relação com a suposta intenção particular de Dom Pedro II em permitir a criação desse espaço. Alguns pesquisadores acreditavam que existia uma ligação entre a Família Real a surdez, o que teria facilitado e impulsionado a fundação do Instituto.

As teorias que envolvem o entusiasmo de D. Pedro II refletido no próprio Governo Imperial para a fundação do Instituto apontam para três possíveis explicações que envolvem a influência de algum membro da Família Real. A primeira delas diz que D. Pedro II teria tido um neto surdo, filho da Princesa Isabel. A segunda enfatiza que, na verdade, D. Pedro II teve um genro surdo, o esposo de sua filha, a Princesa Isabel. A última teoria afirma que existiu a influência desses dois sujeitos (Lima, 2021).

Carlos Roberto de Oliveira Lima (2021) realiza então um estudo bibliográfico onde tenta perceber quais teriam sido as influências de D. Pedro II sobre a educação de surdos no Brasil por meio de uma visão foucaultiana. Em seu estudo, localiza onze trabalhos afirmando que D. Pedro II tivera um neto surdo, cinco trabalhos dizendo que o surdo na Família Real havia sido o genro e outros onze afirmando que ambos tinham sido acometidos pela surdez, totalizando um total de vinte e sete trabalhos.

Lima (2021) acentua que as datas de nascimento dos filhos de D. Pedro II, por si só, já inviabilizam essa teoria. No ano em que o Instituto passa a fazer parte das despesas do Império, qual seja em 1857, a Princesa Isabel estaria com 10 anos de idade e, portanto, não estaria em matrimônio e tão pouco com filhos. Isabel casa-se com o Conde D'Eu em outubro de 1864, quando possuía dezoito anos (Barman, 2005), ou seja, sete anos depois da fundação do Instituto. São dados que revelam a impossibilidade de D. Pedro II ter tido netos ou um genro surdo (Lima, 2021).

4. Conclusões

O trabalho apresentado aqui teve por objetivo trazer algumas pesquisas já realizadas no âmbito acadêmico do Brasil e que tiveram como objeto de estudo o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Essa foi a primeira instituição criada para atender sujeitos com surdez em solo brasileiro e se mantém, ainda hoje (2024), como uma das mais potentes instituições desse campo. Para tanto, o trabalho contou com teóricos que apontam para a importância de pesquisas de cunho bibliográfico.

Ao apresentar algumas pesquisas realizadas, esse escrito demonstra que muitas facetas da história da educação dos surdos e a história do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos já foram privilegiadas, mas que essas são temáticas que, por mais que estejam em crescimento, ainda carecem de outros olhares e de novas construções.

No movimento de busca e consulta a esses trabalhos, as possibilidades das influências particulares de D. Pedro II na fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos são postas de lado, enfatizando que a criação desse espaço guardava, como afirma Rocha (2008), o sentido de permitir que o Império mantivesse a expansão da sua influência sobre os seus súditos.

Desse modo, pesquisas de cunho bibliográfico se fazem importantes por apresentar os conhecimentos já estabelecidos por um lado e, por outro, por demonstrar as lacunas que ainda podem ser exploradas por outros pesquisadores em novos estudos.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato. *Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos*. Revista Brasileira de Educação, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA, Rejane Fontes de. *Educação Inclusiva & Educação Especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade*. Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 32. Santa Maria, 2007.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. *Influências de D. Pedro II sobre a educação de surdos no Brasil: uma visão foucaultiana*. IV CINTEDI: Congresso Internacional de Educação Inclusiva. João Pessoa, 2021.

KNAPIK, Danilo da Silva. *Contexto Socioeducacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1868): o protagonismo dos estudantes surdos*. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (Tese). Curitiba, 2022.

LESSA, Tainah Fernandes Teixeira. *O ordenamento e a educação dos sentidos e das sensibilidades do cidadão do império: Mariana (MG)*. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia (Organizadora). *Estado, Política e Educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)*. HISTEDBR - Faculdade de Educação Unicamp. Campinas, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Editora Feevale. Novo Hamburgo, 2013.

ROCHA, Solange Maria. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos*. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese). Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Angélica Niero Mendes; SOFIATO, Cássia Geciauskas. *A educação de surdos no século XIX e a circulação da língua de sinais no Imperial Instituto de Surdos-Mudos*. Educação em Revista. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Silvana da S. N. Perrut. *Civilidade e Instrução no Brasil Oitocentista: Projeto Nacional e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no Município da Corte entre 1855 a 1870*. XIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Identidades. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Mario Cesar dos. *História Organizacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): contribuições do seu modelo de gestão para organizações públicas de ensino*. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (Dissertação). Duque de Caxias, 2021.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIEMS-MERCONDES, Maria Edith Romano. *Educação especial em Roraima: história, política e memória*. São Carlos, UFSCar, 2013.

SILVA, Gilson Lopes da; PAIVA, Marlúcia Menezes. *Políticas e métodos de alfabetização nas escolas de primeiras letras da cidade de Assú/RN (1829-1908)*. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, 2017.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; CARVALHO, Paulo Vaz de. *A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus*. Revista Educação em Questão. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.